

## El Marzo paraguayo (1999)

Pontes de resistência-estabilização e esfera pública no Paraguai pós-ditatorial

JOSÉ SZWAKO<sup>#</sup>

Centro de Estudos da Metrópole / CEBRAP

<i>Resumen</i>	
Introdução	3
Depois da transição: Wasmosy e o pacto cívico-militar paraguaio	5
Abril de 1996 e março de 1999: o oviedismo e as pontes cidadãs de resistência-estabilização	14
Pós-1999: o Governo de Unidade Nacional e sua 'Reforma do Estado'	19
Esfera pública no pós-Marzo: o Fórum Permanente de Organizações de Mulheres e a multiplicação de plataformas civis de controle do Estado paraguaio	24
Conclusões, implicações	31
Referências	

Texto para presentación en el Congreso 2012 de la *Latin American Studies Association* (LASA) en San Francisco, EEUU, de 23 a 26 de mayo del 2012

---

<sup>#</sup> Pós-Doutorando do Centro de Estudos da Metrópole (Bolsa CNPq-INCT) e pesquisador do Núcleo Democracia e Ação Coletiva, CEBRAP. Email [jszwako@bol.com.br](mailto:jszwako@bol.com.br)

## Resumen

El *paper* presenta un análisis del proceso político del Paraguay post-dictatorial, ubicando el así llamado 'Marzo paraguayo' en el centro de dicho proceso. Activado debido a la muerte del entonces vicepresidente Argaña y asimismo debido a tensiones intracoloradas, el ciclo de protestas se desarrolló en marzo de 1999 y reunió a públicos y protagonistas muy variados. Entre estos protagonistas, se puede destacar la actuación de los jóvenes, campesinos, trabajadores y de otros actores movilizados, e incluso de grupos no organizados de la sociedad paraguaya. En comparación con otro intento de retroceso institucional anterior (ocurrido, pero no exitoso, en 1996), es posible comprender el 'Marzo' como un puente ciudadano de resistencia-estabilización (Tilly), en la que han actuado igualmente los actores internacionales en la estabilización del régimen democrático. En lo que concierne a sus efectos ulteriores, el periodo post-Marzo ve la multiplicación de plataformas civiles de control del Estado paraguayo - de las cuales el ejemplo más claro es CODEHUPY. La observación de estas plataformas se inspira en la reacción del movimiento de mujeres al Gobierno de Unidad Nacional de Macchi. En conjunto, el texto sugiere que la llamada "consolidación de la democracia" en el país - entendida y respetada como "the only game in town" - se debe al Marzo de 1999 y a sus efectos observables en la profundización de la esfera pública (no-estatal y estatal también). Sugiere, además, que la comprensión de otros casos sudamericanos de construcción democrática se enriquece si se observa a la luz de los efectos y los logros de sus respectivos ciclos de protesta (Tarrow).

## Introdução

A bibliografia e a discussão paraguaias a respeito da Democracia no país tendem, em sua quase totalidade, a inflacionar o período que equivaleria à chamada ‘transição democrática’. Para nós, o fim da fase de transição do autoritarismo para o cenário de construção democrática se deu, em 1993, com a eleição de seu primeiro presidente civil, o colorado Juan Carlos Wasmosy. Para boa parte da literatura de viés sociológico ou politológico, a transição só teria terminado em 2008, com a derrota e a saída do Partido Colorado do Executivo paraguaio. Ou seja, depois de ter passado por uma longínqua experiência autoritária, sob a dominação de Stroessner durante 35 anos (1954-1989), o Paraguai teria passado por uma igualmente longa ‘transição’, de 1989 a 2008.

São vários os autores e discursos que defendem essa versão alongada de transição<sup>1</sup>, mas eles não são nosso objeto de interesse neste texto. O que nos interessa aqui é reconstruir o processo político paraguaio dando centralidade nele ao ciclo de protestos do chamado *Marzo* paraguaio ocorrido em 1999. Os passos dessa reconstrução são os seguintes: em primeiro lugar, são apresentados traços da política institucional paraguaia do período posterior àquilo que designamos como fim da transição, isto é, são apresentados traços da política pós-1993. Um desses traços, talvez o principal, é a permanência do chamado pacto civil-militar entre o coloradismo e partes das Forças Armadas, não somente ao longo do mandato presidencial de Wasmosy (1993-1998), mas também no mandato de Cubas (1998-1999). Tal como veremos, esse pacto e as tensões inerentes aos interesse nele em jogo colocaram em xeque a institucionalidade democrática paraguaia – por duas vezes.

Dos dois episódios que traziam o perigo de retrocesso institucional ou o ‘fantasma do golpe’ (LARA CASTRO, 1996, p.16), o mais conhecido é certamente o Marzo de 1999. No entanto, em

---

<sup>1</sup> A sequência das análises de J. C. Rodriguez (1993; 1998; 2004), por exemplo, permite ver uma inflação crescente e constante na compreensão da transição paraguaia: em 1993, após a eleição ‘quase limpa’ do primeiro presidente civil do Paraguai, a ‘transição mansa’, tal como lhe denomina o sociólogo, ‘chegou a seu fim’ (1993, p.18). Cinco anos mais tarde, contudo, ele refaz seu diagnóstico e situa o país no que chama de ‘transição sem revezamento’: as eleições de 1998 foram limpas, livres e competitivas, *pero no hubo alternancia* (RODRIGUEZ, 1998, p.29). Passados outros cinco anos, com a terceira e decepcionante vitória consecutiva do Partido Colorado para a Presidência do país, em 2003, repete-se quase literalmente o título da análise anterior: “Paraguay: la transición sin alternancia” (RODRIGUEZ, 2004). Outras interpretações seguem de perto o raciocínio de J. C. Rodriguez: “O intuito é argumentar por meio do exemplo paraguaio que o processo de transição democrática, [sic] só pode ser considerado efetivamente concluído quando, por meio de eleições livres, ocorre a transferência do poder por parte das forças tradicionais (...) para governos que representam propostas realmente alternativas” (SILVA, 2008, p.2). Esses exemplos não são isolados nem pontuais; veja-se LAMBERT & NICKSON, (1997); LAMBERT (2000) e SOLER (2002).

abril de 1996, o pacto civil-militar já dava sinais de suas tensões e insatisfações internas, quando o então líder das Forças Armadas, General Lino Oviedo, se negou a aceitar as ordens presidenciais de Wasmosy. Tal como argumentaremos, abril de 1996 foi o prelúdio do março de 1999. O segundo passo de nossa análise consiste em comparar ambos os episódios à luz do ‘extraction-resistance-settlement cycle’ (TILLY, 2005). Tal cotejo dá acesso a uma função vital à democracia paraguaia, qual seja, a necessidade de uma esfera pública ativa como condição da viabilidade democrática no país – necessidade cuja concretização se dá após o fim do Marzo. Não se trata de uma interpretação original do próprio *Marzo* de 1999, não nos seus detalhes internos. Trata-se, sim, de apontar para aquilo que consideramos sua principal herança: a disposição de atrizes e atores civis para controlar as ações e decisões estatais a partir de plataformas forjadas de modo contínuo e articulado em diferentes domínios temático-institucionais. O último passo de nossa análise está na observação dessa disposição para o controle contínuo e articulado, a partir do caso do ‘*Foro Permanente de Organizaciones de Mujeres*’, no qual se mobilizaram organizações feministas e de mulheres políticas. Longe de ficar restrita ao caso das mulheres do *Foro*, essa disposição se alastra por outras vozes e discursos civis e se expressa empiricamente em infraestrutura organizacional dedicada preponderantemente ao controle e seguimento do Estado e de suas ações.

No seu todo, veremos que o *Marzo* paraguaio deixou como herança não somente uma esfera pública renovada e robustecida. (Esfera pública, aliás, que vai além das plataformas civis e se enraíza também dentro do Estado paraguaio que, de 2000 em diante, passou a criar novas agências internas de controle e a partir das quais a cidadania pode -ainda que virtualmente- vocalizar suas demandas e influenciar os atores políticos.) Outra herança conquistada pelo *Marzo* foi a chamada ‘consolidação da democracia’, pois nenhum ator político paraguaio, desde o fim daquele ciclo, tentou transgredir a institucionalidade democrática, aceitando-a como ‘the only game in town’<sup>2</sup> - finalmente.

---

<sup>2</sup> Cf. “[B]y a ‘consolidated democracy’ we mean a political regime in which democracy as a complex system of institutions, rules, and patterned incentives and disincentives has become, in a phrase, ‘the only game in town’” (LINZ e STEPAN, 1996, p.15).

### **Depois da transição: Wasmosy e o pacto cívico-militar paraguaio**

Eleito com quase 40% dos votos para a Presidência do Paraguai, o colorado Juan Carlos Wasmosy era a face civil do pacto civil-militar e de sua reprodução. Porém, no bojo do intenso faccionalismo que atravessava o coloradismo desde a queda de Stroessner, antes de disputar e vencer a eleição presidencial, o nome de Wasmosy teve de lutar dentro do oficialismo contra outro possível candidato, José Maria Argaña – Ministro da Corte Suprema durante o stronismo e Ministro das Relações Exteriores durante a transição. A opção entre Argaña e Wasmosy fornece uma evidência do caráter pouco democrático da cúpula colorada de então: “Argaña’s discourse had traditionally been aggressive, and he managed to get the support of a majority of the Colorado faction that followed Stroessner to the end. Wasmosy was clearly the candidate of the government establishment, the business elite connected to it, and especially the powerful First Army corps commander, General Lino C. Oviedo” (ABENTE, 1996, p.119).

Wasmosy teve de lutar pela vaga e lutou com todos os meios. Depois de ter sido derrotado na disputa das internas coloradas, a ala militarista do Partido Colorado forja uma convenção extraordinária, passa por cima do tribunal eleitoral partidário e garante o nome de sua preferência – Wasmosy – na lista colorada para a disputa pela Presidência. Assim, a eleição de 1993 não foi maculada só pela atuação chocante dos militares em favor de seu candidato, mas também pela voracidade com que colorados militaristas e colorados stronistas se enfrentavam na vida intrapartidária (*inter alia* YORE & PALAU, 2000). Ao fim da transição, a cena “era politicamente complexa, mas aceitável para todos; para o general Rodríguez porque foi eleito seu sucessor oficial (...); e para a oposição porque ela conquistou maioria parlamentar” (RODRIGUEZ, 1993, p.29).

A receita política que tinha levado Wasmosy à Presidência podia até ser aceitável para todos, mas acabou se mostrando bastante indigesta para ele próprio. De um lado, seu mandato teria que assegurar, dentro de um marco legal democrático, os interesses daqueles atores que o tinham catapultado; de outro, o oficialismo enfrentava uma inédita oposição parlamentar no Senado e na Câmara dos Deputados; e, para piorar a situação, os políticos colorados ligados à figura de Argaña (*argañistas*) se agruparam no Movimento de Reconciliação Colorada (MRC) e compuseram uma das bases da oposição ao governo de Wasmosy - “[a] falta de maioria parlamentar e a forte oposição de dentro de seu próprio partido limitaram severamente sua capacidade de governar (...). O MRC negociou uma aliança

tática com o PLRA e EN que excluiu os colorados pró-Wasmosy das posições-chave no Congresso” (NICKSON, 1997, p.186).

Com algumas tréguas e pactos de governabilidade entre 1993 e 1994, as relações entre oposição e Executivo, na primeira metade do governo Wasmosy, se concentraram em duas questões intocadas na agenda da transição: a composição da Corte Suprema de Justiça no país e a despartidarização das Forças Armadas. Certamente essas duas tarefas não se completaram no mandato de Wasmosy, mas uma delas ultrapassou a esfera das tensões e negociações entre a oposição e o Presidente, que chegaram ao consenso de que o Poder Judiciário não poderia responder a uma vontade colorada, apontando para um início de avanço maior na Corte. Como veremos, a questão da despartidarização do estamento militar tocava direta e indiretamente nos interesses de militares, em especial, do general Lino Oviedo – de quem, desde fins de 1994, Wasmosy paulatinamente dava mostras de distanciamento.

Embora essas tarefas fossem sumamente necessárias, o nível institucional em que se desenrolou a agenda política pós-transição deixou pouco espaço para políticas econômicas e sociais. Algumas empresas estatais foram à época privatizadas, mas essas privatizações não mostravam retornos visíveis à população e se davam em áreas periféricas da economia paraguaia como, por exemplo, o transporte aéreo e a cana de açúcar. Além disso, entre 1995 e 1998, o Paraguai passou por três crises em função das discrepâncias entre economia real e oficial e em função do sistema financeiro ilegal ligado àquela primeira (MORÍNIGO, 1999, p.185-ss). A incapacidade estatal de dar resposta a essas crises levou a um aumento expressivo nas mobilizações de trabalhadores rurais e urbanos e na repressão, em especial, ao campesinato organizado (NICKSON, 1997; FOGEL, 1997; LAMBERT, 2000). De um ponto de vista mais amplo, o descontentamento social não ressoava em políticas públicas, que, embora diferissem do stronismo relativamente a seu potencial de institucionalização, mostravam baixa capacidade de resposta ao público e não tinham em sua grande maioria fins redistributivos, no governo de Wasmosy e depois dele (MOLINAS et al, 2004).

De fins de 1994 em diante, ao mesmo tempo em que a oposição pressionava o Executivo no sentido de dar impulso à despartidarização efetiva das Forças Armadas, o nível de tensão entre o Presidente e o general Lino Oviedo aumentava devido a um jogo de forças que passava pela decisão do orçamento e salário de militares, pela voz de comando sobre a distribuição de posições dentro da hierarquia militar paraguaia e, mesmo, pela indicação de nomes no judiciário. Esse jogo de forças mostrava, na verdade, aquilo que J. Lara Castro (1996,

p. 20) chamou de os ‘limites do poder dual’ nos quais a capacidade de decisão político-institucional era dividida e disputada entre o Presidente e o chefe das Forças Armadas. Enquanto Wasmosy chegava a consensos institucionais mínimos com a oposição, Oviedo se lançava em discursos, paradas e campanhas assistencialistas, e aumentava sua influência no Congresso, junto a atores de oposição ou colorados, e nos aparatos militar e estatal-administrativo (YORE & PALAU, 2000; MARTINI, 1999). Em médio prazo, o investimento do militar tinha como alvo a Presidência, mas um percalço atravessou seu caminho: em abril de 1996, Oviedo é destituído do cargo de chefe das Forças Armadas por Wasmosy, mas o militar responde negativamente ao poder presidencial, insubordinando-se e colocando o Paraguai em uma delicada situação institucional.

“A negativa do general Oviedo de acatar a decisão do Presidente representa um desafio direto à ordem constitucional”, dizia em nota a embaixada dos Estados Unidos, cujo “[governo] vê com grave preocupação esta ameaça à democracia no Paraguai”. Antes mesmo de Wasmosy tornar pública a insubordinação do caudilho militar, as embaixadas de Estados Unidos, Argentina, Brasil, bem como a OEA, demonstraram seu apoio incondicional a Wasmosy. Esses atores internacionais e regionais intervieram de modo rápido e efetivo, ainda que tenso, na estabilização dessa conjuntura (SANTISO, 2002; LUTZ & SIKKINK, 2001). Assim, 1996 foi o ‘coup that didn't happen’ (VALENZUELA, 1997). Com resultados positivos, a pressão internacional negocia e logra a saída pacífica de Oviedo da chefia castrense e, como parte da negociação, Wasmosy chega a cogitar o nome de seu inimigo íntimo para o Ministério da Defesa. Em oposição a essa virtual nomeação, “[a] juventude estudantil expressou publicamente sua indignação cidadã em frente ao Palácio do Governo” (LARA CASTRO, 1996, p.22) e, em razão desses protestos<sup>3</sup>, o caudilho não ganha a pasta ministerial.

A despeito disso, e muito embora um processo legal tivesse sido aberto contra Oviedo e uma iniciativa civil chamada ‘Coordenadoria Não à Impunidade’ pretendesse acompanhar tal

---

<sup>3</sup> Não há aqui pretensão de celebrar uma juvenil e heróica ‘indignação cidadã’. Trata-se apenas de reconhecer o desempenho desses atores civis quanto à não-nomeação de Oviedo: “[si] bien es cierto que la presión internacional fue un factor decisivo en la culminación pacífica de esta crisis, la participación ciudadana fue fundamental, sobre todo en lo concerniente al no nombramiento de Oviedo como ministro de Defensa” (GONZALEZ & BAREIRO, 1999, p.36). Lutz e Sikkink formulam essa ideia de modo mais ambíguo: “In Paraguay (...) international pressure interacted with an activated civil society that poured into the streets and plazas of Asunción in support of democracy” (2001, p.288). Já outros supõem que foi o apoio da comunidade internacional “that encouraged the population to come to the defense of democratic institutions” (VALENZUELA, 1997, p.54).

processo<sup>4</sup>, o desenlace dessa conjuntura crítica foi bastante positivo para o caudilho que, inocentado e agora ex-militar, tinha caminho aberto para tentar chegar à Presidência<sup>5</sup>. Do ponto de vista da estabilidade institucional, o desfecho da ‘crise de abril’ encerrava um paradoxo, pois o país havia dado um passo importante quanto à institucionalização das Forças Armadas (BAREIRO, 1997), sem uma real involução institucional, mas, tal como a impunidade de Oviedo deixava ver, o pacto militar-colorado ainda era constitutivo da vida institucional e íntimo de todos os poderes da República. Mitigada pela atuação paralela de atores internacionais e civis, essa instabilidade passou, mas “ainda estava por vir o que seria a verdadeira crise política da transição paraguaia” (YORE & PALAU, 2000, p.20) – abril de 1996 havia sido o prelúdio do março de 1999.

Utilizando-se de uma retórica nacionalista e clientelista, Oviedo se lança em campanha para as franjas empobrecidas do campo e das cidades paraguaias, e ao mesmo tempo consolida uma nova facção dentro do coloradismo, a ‘União Nacional dos Colorados Éticos’ (UNACE). Em suas falas, Oviedo fazia promessas messiânicas, atualizando alguns dos lugares-comuns da ideologia stronista em um molde religioso<sup>6</sup>: “Oviedo desenvolve (...) uma visão de sociedade capaz de despertar adesões ativas e fortes. Sua visão de ordem institucional (...) se baseia na concepção primitiva que resgata como único critério de organização a relação existente entre o líder e o povo. Desse ponto de vista, o líder é a encarnação do povo”, e prossegue J. Morínigo, “[as] instituições da República perdem sentido e a vontade popular, cuja fé o líder encarna, supre a ausência de um programa sério e sistemático. (...) [Oviedo] possui um ‘exército’ de fanáticos” (1999, p.190). Esse tipo verticalista, messiânico e autoritário de discurso encontrava terra fértil em um ambiente marcado pela recessão e pela deterioração das condições de vida no país. E, pouco tempo após ter detonado a crise de abril, o ovidismo dava seus primeiros frutos: com base em uma vasta rede de dívidas e lealdades político-militares, o nome de Lino Oviedo não apenas venceu nas internas coloradas para a disputa pela Presidência prevista para maio de 1998, como também liderava as pesquisas de opinião.

---

<sup>4</sup> Cf. “Después de abril, se conformó la Coordinadora ‘No a la Impunidad’ que intentó hacer un seguimiento del proceso a Oviedo, que se fue diluyendo de a poco, desencantada e incapaz de reaccionar ante el rumbo que iba tomando la justicia, que a finales del año [1996] concluyó que no hubo ningún intento de golpe militar” (GONZALEZ & BAREIRO, 1999, p.39).

<sup>5</sup> Veja-se YORE e PALAU (2000, p.20).

<sup>6</sup> Frases do próprio Oviedo: ‘Con la poderosa fuerza de nuestra fe en Dios y nuestra devoción a María Santísima, desterraremos el odio, la mentira, la trampa’; ‘el Paraguay necesita vivir en paz y libertad. Yo soy el elegido y el mensajero para encontrar el camino’; ‘el buen colorado debe ser gaucho y los hombres deben hacer el sacrificio de tener muchas mujeres’ (apud MORÍNIGO, 1999, p.200-202).



Nessas internas, além de ter derrotado um de seus maiores e mais antigos rivais, o stronista Luis María Argaña, Oviedo conseguiu emplacar Raul Cubas, um desconhecido engenheiro da Secretaria Técnica de Planificação, na posição de disputa pela vice-presidência. Tal como nas internas coloradas para a eleição de 1993, esse resultado foi altamente contestado, pois a própria cúpula partidária impugnou os resultados, ao mesmo tempo, porém, em que a Justiça Eleitoral lhes oficializava. Essa dupla vitória de Oviedo e sua incontestável popularidade levaram, no entanto, à reação dos colorados derrotados e de setores da oposição partidária. Em meio aos descontentes com o crescimento do oviedismo estava o próprio Presidente Wasmosy que instaura então um Tribunal Militar Extraordinário, julgando e condenando Lino Oviedo a dez anos de prisão por seus atos em abril de 1996. “A Suprema Corte de Justiça ratificou a condenação [de Oviedo] e a Justiça Eleitoral o inabilitou, tirando-o da corrida eleitoral a um mês dos comícios” (YORE & PALAU, 2000, p.21).

Com Oviedo em prisão militar e atento à força advinda da oposição partidária coligada na ‘Aliança Democrática’<sup>7</sup>, o Partido Colorado lança uma fórmula quase inimaginável para concorrer às eleições: para Presidente, o candidato de Oviedo, Raul Cubas, e para Vice, Luis María Argaña. Inimigos íntimos, um oviedista e um stronista (apoiados por Wasmosy) juntavam suas forças pelo partido e pela chegada ao Executivo. Pouco imaginável, vista desde o faccionalismo intrapartidário, essa fórmula eleitoral foi pragmática e bastante eficaz: em maio de 1998, o coloradismo conquistava mais uma vez a Presidência da República com mais de 53%, ao passo que a oposição ficou com 42% dos votos válidos<sup>8</sup>. Embora tenha transcorrido em uma normalidade desconhecida na vida eleitoral paraguaia<sup>9</sup>, o que se destacou nesse processo foi o principal slogan da campanha de Cubas foi ‘*tu voto vale doble*’, ou seja, “sua candidatura se baseou na promessa de liberar Oviedo (...). Simbolicamente, foi Oviedo que ganhou as eleições desde a prisão” (RODRIGUEZ, 1998, p.32).

Antes de passar ao efêmero governo de Cubas e ao ciclo de protesto (TARROW, 2009) que deu fim a ele, vale destacar três traços da dinâmica político-institucional no país. Do ponto de vista de suas interpretações, aquela versão alongada da transição atravessa os momentos dramáticos dessa dinâmica: “o principal ponto pendente para poder falar de democracia era a ingerência militar”, argumentava Line Bareiro em *Nueva Sociedad*, “[a crise de abril] terminou

<sup>7</sup> Cf. LAMBERT (2000, p.390).

<sup>8</sup> Cf. RODRIGUEZ (1998, p.29). Quanto aos números do Congresso, vale notar que as maiorias obtidas pelo Partido Colorado, 53% no Senado e 56% na Câmara, eram majoritariamente compostas por colorados argañistas.

<sup>9</sup> Cf: “La victoria colorada en las elecciones del 10 de mayo [1998], las más limpias y libres de la historia, abría el último capítulo de la [ampliada] transición”(MARTINI, 1999, p18).

com a aposentadoria de Oviedo e com a subordinação dos uniformizados ao poder civil – finalmente! (...) A partir desse momento, a transição se encerra” (BAREIRO, 1997, p.6-7). Ao contrário dessa expectativa, a longa transição iria durar um pouco mais e com eventos ainda mais dramáticos. Em segundo lugar, notam-se também a voraz disposição e a capacidade de articulação interna do coloradismo para permanecer no poder político e no aparato estatal-administrativo, bem como a incapacidade de seus atores centrais no sentido de respeitar as regras do jogo, cujos efeitos desestabilizadores repercutiam por todo o tecido político-institucional paraguaio. *‘Llore quien llore, chille quien chille’* – era expressão comum no repertório de Oviedo e significava algo como: ‘sejam por quaisquer meios’ – democrático-institucionais ou não – ‘o coloradismo governará eternamente’.

Em terceiro lugar, traço não menos importante nesse processo político é a centralidade e a popularidade do oviedismo traduzidas nas pesquisas pré-eleitorais de opinião e na dupla vitória de Cubas. Ao votar em Cubas, mais da metade do eleitorado paraguaio, no interior da qual se encontravam camponeses miseráveis, suburbanos pauperizados e frações dependentes da fonte estatal de enriquecimento (MORÍNIGO, 1999), escolheu, direta ou indiretamente, a liberdade do autointitulado ‘homem mais poderoso do Paraguai’<sup>10</sup> cujas medidas enérgicas e messiânicas iriam supostamente ‘instaurar a paz no país’ e ‘salvá-lo’ da insegurança, da corrupção... Na verdade, a adesão a esse naipe de falas e medidas encerra uma espécie de saudade do stronismo muito difundida no senso comum paraguaio, quiçá, até hoje: ‘na época de Stroessner não era assim’, ‘não tinha toda essa violência e roubalheira’, ou pior, *‘con Stroessner, yo era feliz y no lo sabía, todo era mejor’* – essas são verdadeiras máximas espalhadas à boca pequena por todo o Paraguai, e a matriz discursiva oviedista lhes fornecia uma saída perfeita: “[para] a UNACE [a versão partidarizada do oviedismo] o novo condutor é o general Lino Oviedo. (...) [Ele] se apresenta como uma sorte de profeta, cuja vontade advém de um poder superior (...). Em seus discursos sempre oferece alternativas que implicam uma violação da ordem jurídica (...) [Oviedo] busca mostrar que seu poder está acima da lei” (MORÍNIGO, 1999, p.199-ss). Em suma, os traços centrais do processo político àquela altura davam provas de que democracia paraguaia estava longe de sua ‘consolidação’<sup>11</sup>. Mas tal distância não se devia somente à atuação de colorados e militares que, dentro e fora do partido, rompiam as regras do jogo. Tal como a nostalgia do stronismo e a vitória oviedista

<sup>10</sup> Cf. Valenzuela (1997, p.46).

<sup>11</sup> Cf. “Behaviorally, democracy becomes the only game in town when no significant political group seriously attempts to overthrow the democratic regime or to promote domestic or international violence in order to secede from the state” (LINZ & STEPAN, 1996, p.15).

de 1998 deixavam ver, a democracia tampouco era *'the only game in town'* para boa parte do eleitorado paraguaio, ainda, à espera de soluções messiânicas e de medidas enérgicas.

Voltando à dinâmica institucional, apenas três dias após sua posse, o novo Presidente cumpriu sua promessa de campanha, deixou de lado a Constituição paraguaia e reduziu por decreto a condenação de Lino Oviedo para três meses de pena. Com essa decisão, Cubas abriu uma crise institucional sem precedentes na história paraguaia (YORE & PALAU, 2000). Sua decisão exprimia não apenas uma dependência política, mas também sua completa incapacidade de previsão. Ao ter comutado a pena de Oviedo, descurando da inconstitucionalidade de seus meios e dos reflexos imediatos dessa decisão, Cubas colocou a normalidade democrática paraguaia em xeque: ou o Estado de Direito era respeitado e suas instituições, afirmadas, impondo-se o caráter inconstitucional de tal redução ou a continuidade institucional era interrompida pela força do oviedismo e o Paraguai viveria assim mais um retrocesso institucional.

“Os sete meses de governo de Cubas representaram a etapa mais regressiva da [longa] transição paraguaia desde 1989” (YORE & PALAU, 2000, p.22). Entre agosto de 1998 e março de 1999, o Paraguai viveu em uma espécie de limbo institucional com decisões jurídicas contraditórias, em diferentes âmbitos, contra o ex-militar e em sua defesa. Nesse ínterim, a Corte Suprema era deslegitimada pelo Executivo, mas se esforçava para recolocar Oviedo na prisão<sup>12</sup>, enquanto a ‘Frente Democrática’ composta pela oposição e pela maioria de argañistas articulava-se no Congresso para iniciar o julgamento político de Cubas. Lino Oviedo, por sua vez, livre e apoiado pelo Presidente, fazia aparições e discursos de uma truculência desconhecida até mesmo pelos opositores do stronismo: ‘na democracia o povo é o juiz e ele decide se se pede um julgamento político’, ‘correrão rios de sangue’ - com essas frases o caudilho intimidava os juízes da Corte Suprema que, no bojo dos avanços pós-Wasmosy, tinha lhe condenado. Essas defesas oviedistas da desnecessidade de casas parlamentares e uma série de atentados supostamente anônimos contra políticos e juízes afundavam a democracia e a sociedade paraguaias numa espécie de ‘pântano’ (BAREIRO et al, 1999, p.11).

Esse limbo pantanoso teve seu fim com o assassinato do vicepresidente Argaña – “Lino [Oviedo], assassino! – foi o grito que imediatamente se ergueu junto da dor, da perplexidade e da consternação generalizada” (BAREIRO et al, 1999, p.14). O magnicídio foi o detonador do mais grave ciclo de protestos pelo qual o país passou. O *Marzo paraguayo*, como ficou

---

<sup>12</sup> Cf. BAREIRO et al (1999, p.14); MORÍNIGO (1999, p.192-ss); Cf. BAREIRO (1999b, p.229).

conhecido tal ciclo, teve como resultado a renúncia de Cubas, a saída de Oviedo do país e o retorno à normalidade institucional<sup>13</sup>. Ocorrido entre 23 e 28 de março, essa série de protestos foi se desenhando a partir da ação inicial do mesmo grupo de estudantes mobilizados naquela crise de abril. O impulso mobilizador do grupo organizado chamado ‘jovens pela democracia’ fez das ruas e praças próximas ao Congresso Nacional o palco de suas reivindicações contra o Presidente, a platéia desde onde as performances dos congressistas seriam aplaudidas e as de Cubas, criticadas, e, ao mesmo tempo, o principal alvo da violência de grupos oviedistas de paramilitares.

Devido a uma coincidência, aproximadamente 30.000 campesinos organizados faziam sua marcha anual no centro de Assunção em sua luta pelo fim das dívidas de pequenos agricultores. Contudo, ao primeiro dia, eles não endossaram o protesto dos estudantes: “são duas manifestações distintas e não se misturam. Campesinos e campesinas temem ser manipuladas por interesses políticos” (BAREIRO, 1999, p.230). Outros atores sociais, no entanto, rapidamente se juntavam ao coro dos jovens: as duas maiores centrais sindicais paraguaias convocam uma greve geral até a renúncia de Cubas, e já no dia 24 conseguem paralisar o país quase por completo. Enquanto Cubas manda fechar as fronteiras para investigar o magnicídio, tentando demagogicamente acalmar o público com um decreto de prisão de Oviedo, a Câmara dos Deputados decide iniciar seu julgamento político.

No dia seguinte, quase 5.000 campesinos se somam ao protesto contra Cubas e prosseguem nele mesmo depois da garantia dada pelos Deputados de que suas demandas seriam tratadas. As forças repressivas se dividiam: de um lado, as Forças Armadas se negam a seguir Oviedo e a atentar contra as manifestações, e de outro, a repressão policial, leal a Cubas, faz de tudo para dispersar os protestos – policiais a cavalo e balas de borracha, no entanto, não conseguem tirar os manifestantes dos arredores do Congresso. Os confrontos na praça ganham visibilidade midiática e conquistam adeptos não organizados que, de todo o perímetro urbano de Assunção, levam mantimentos e comida em apoio ao protesto. A performance campesina faz as vezes de uma corda de proteção aos manifestantes e ao parlamento. Médicos e bombeiros voluntários se mobilizam e atendem ao redor da Catedral e a solidariedade anti-Cubas se alastra com pequenas manifestações pelo interior paraguaio.

---

<sup>13</sup> Para as descrições e análises do *Marzo*, veja-se ‘Crimen y victoria popular ciudadana’ (BAREIRO, 1999); ‘La Plaza, el Congreso y la Corte: claves de la legitimidad del Presidente Gonzalez Macchi’ (MORÍNIGO, 1999); ‘El Costo de la Libertad’ (BAREIRO et al, 1999), ‘People Power’ in Paraguay (ABENTE, 1999); ‘A Decade of electoral democracy’ (LAMBERT, 2000); e ‘¿Comienza la democracia?’ (MARTINI, 1999).

Grupos de oviedistas, por sua vez, esboçam uma contrarreação, mas não fazem mais que soltar bombas ruidosas e gerar tensão com brigas de punho com os manifestantes. Contudo, tal como mostrariam tristes imagens pouco tempo depois televisionadas para todo o país, essas bombas cobriam o barulho de tiros de paramilitares oviedistas que, desde o alto de edifícios nos arredores, disparavam primeiramente contra a multidão na praça do Congresso e, mais tarde, contra os manifestantes agrupados na Catedral. Esses tiros resultaram em oito mortos, centenas de feridos e um presidente deposto<sup>14</sup>, marcando o pico da violência contra os protestos, mas o nível de tensão no ciclo chegaria a aumentar ainda mais.

Em resposta a esse desenrolar fatal dos eventos, Cubas chegou a dizer aos meios internacionais de comunicação que os protestos estavam sob controle e que tudo não passava de um incidente entre manifestantes. A isso correspondeu uma reviravolta em cascata com a renúncia de prefeitos, governadores, embaixadores e ministros, com ordens de juízes para esvaziar aqueles prédios e com a intervenção da Marinha na proteção do Congresso e de sua praça. Sábado dia 27, o Presidente tenta se justificar perante o Senado, mas sua performance é pífia frente à divulgação, por parte de um canal local de televisão, da ordem de um senador oviedista para que policiais e paramilitares seguissem atirando. Na manhã do domingo, dia 28 de março, pessoas e famílias vão às praças, somando-se à platéia de manifestantes ansiosos pelo último ato, enquanto o nível de tensão chega a níveis insuportáveis devido a rumores de que a clique paramilitar de Oviedo daria fim aos protestos e a Senadores *pró-impeachment* - “o ex-vicepresidente (...) anuncia que haverá uma guerra civil. O clima é tremendamente tenso” (BAREIRO, 1999, p.234). Antes de encarar a inevitável destituição que viria na segunda-feira e após ter negociado com a Igreja Católica e com as Embaixadas brasileira e estadunidense, Cubas renuncia à Presidência nesse mesmo domingo e viaja para o Brasil, ao passo que o presidente argentino oferece asilo político a Oviedo. “Em sessão de ambas as casas do Congresso, [o Senador colorado] Luis Gonzalez Macchi assume como Presidente da República. São dez da noite. A festa segue em todo o país até de madrugada” (BAREIRO, 1999, p.234)

---

<sup>14</sup> Cf. “La actuación de paramilitares, el viernes 26, que terminó con la vida de ocho jóvenes, fue el detonante final para que la comunidad internacional en negociaciones con Cubas y líderes colorados argañistas y de la oposición, consiguieran la renuncia de éste” (MARTINI, 1999, p.18).

### **Abril de 1996 e março de 1999: o oviedismo e as pontes cidadãos de resistência-estabilização**

A descrição anterior do *Marzo* certamente não dá conta dos pormenores das tensões de gabinete e da articulação entre distintas forças e identidades nos arredores do Congresso paraguaio. Mas em grandes linhas ela permite distinguir o ciclo de protesto no qual um desafio é posto e imposto ao governo de Cubas: o impulso inicial de jovens, depois de conseguir o apoio de trabalhadores e camponeses mobilizados, se difunde com força pelo país e toca frações não organizadas da sociedade paraguaia que se unem às reivindicações pró-*impeachment*, ao mesmo tempo em que a performance de atores institucionais seguia em cascata as reivindicações. A lógica das tomadas de posição no ciclo e da adesão voluntária a ele segue o ritmo e a intensidade, às vezes fatal, do uso da violência por parte de policiais e paramilitares contra os protestos. E, as ações, decisões e justificativas de Cubas em resposta ao ciclo mostram, tristemente, um ator desprovido de uma mínima *virtù*.

A maior parte dos analistas do *Marzo* esteve presente e atuante no ciclo, de tal modo que essa participação imprime um tom político-emotivo em suas análises: “é a primeira vitória popular grande, grande mesmo, da história do Paraguai” (BAREIRO, 1999, p.234). Neste mesmo diapasão, esses protestos são considerados ‘um antes e depois’ na vida política do país e “assinalaram a conclusão da longa década de transição à democracia no Paraguai” (ABENTE, 1999, p.93). De fato, a dimensão assumida pelo ciclo é inegavelmente *sui generis* nessa história: o nível de tensão vivido, sobretudo, após o assassinato de manifestantes em praça, as provas de solidariedade e apoio aos protestos e seu desenlace duplamente positivo (com Cubas e Oviedo, ao menos temporariamente, fora de cena) são dados de sua importância.

Sem pretensão de negar esse caráter singular, vale a pena inserir o ciclo no seu processo de tal modo que o cotejo com a crise de abril de 1996 permita ver uma dinâmica de ‘resistência-estabilização’ (TILLY, 2005). Sob essa ótica, é possível discernir elementos comuns e distintos na comparação entre 1996 e 1999. Em primeiro lugar, dois fatores atuaram fortemente na estabilização político-institucional e na resistência contra os desmandos oviedistas: a mobilização de atores civis e a atuação de agentes internacionais. Em cada uma dessas crises, tais fatores agem e interagem com centralidades distintas: “não se pode desconhecer”, dizem M. Yore e M. Palau, “o importante papel dos países membros do MERCOSUR (...) que tiveram uma postura firme contra o perigo de quebra do processo democrático paraguaio, tal como já tinham feito [centralmente] na primeira crise produzida

por Oviedo em 1996” (2000, p.24)<sup>15</sup>; a mobilização civil, por sua vez, foi mais central e mais robusta no último ciclo de protestos: “diferente do que não aconteceu em abril de 1996, a maré cidadã rumo às praças em frente ao Congresso foi crescendo” (MARTINI, 1999, p.18).

Essa ideia de ‘maré cidadã’ aponta indiretamente para uma diferença fundamental entre as conjunturas, qual seja, a visibilidade e o alcance dos protestos variaram muito nos dois casos. Em 1996, “os canais de televisão não estiveram à altura dos acontecimentos (...), causando no público um efeito artificial de *‘aquí no pasa nada’*” (GONZALEZ & BAREIRO, 1999, p.34). Já em 1999, “o Canal (...) de televisão difunde tomadas inacreditáveis de dois francoatiradores” (BAREIRO, 1999, p.233). Ao contrário de 1996, portanto, “os eventos nas *plazas* eram cobertos ao vivo em todas as estações (...). A nação podia ver o horror de homens armados atirando nos manifestantes desarmados. As pessoas podiam ver a brutalidade da polícia no seu máximo. A indignação pública espalhou-se como fogo” (ABENTE, 1999, p.99).

Naquilo que se assemelharam, ambas as crises permitem ver a interação entre (f)atores civis e internacionais, com centralidades e pesos próprios, como uma espécie de ponte no par resistência cidadã-estabilização institucional. Nos dois casos, o objetivo de tal ponte foi moderar um tipo indisciplinado, instabilizador e incivilizado de disposição (oviedista) no interior do sistema político paraguaio. Naquilo que lhes diferenciava, o ciclo de 1999 ganhou visibilidade, volume público-societal e apoios social e institucional, de fato, únicos na história paraguaia – “[o] movimento da praça não abarcou apenas a praça, mas chegou a cenários mais amplos: Assunção, várias cidades e povoados do interior, desde os quais os cidadãos se solidarizavam com aqueles à frente da contenda” (MORÍNIGO, 1999, p.210).

---

<sup>15</sup> Não vou me dedicar ao elogio nem à crítica da eficácia dos mecanismos internacionais na estabilização de crises políticas no Paraguai. Sem tirar a centralidade desse tipo de intervenção no país, é importante notar uma discrepância entre as interpretações sobre o papel desempenhado por tais mecanismos. “The Santiago Declaration and Resolution 1080 provided the procedural means for rapid regional response to attacks on democracy in Guatemala, Peru, and Paraguay, and put the OAS in the forefront of efforts by international organizations to promote democracy” (LUTZ & SIKKINK, 2001, p.288). Já Valenzuela matiza o peso de tal mecanismo: “[The] outcome of the [abril 1996] crisis in Paraguay is a triumph for the international community (...). The Paraguayan case, however, underscores the limits of current OAS mechanisms for dealing with regime crises. By the time the OAS Permanent Council had convened to consider taking action in accordance with Resolution 1080, the critical moments of the Paraguayan standoff had passed” (VALENZUELA, 1997, p.53-54). De qualquer modo, é possível diferenciar a centralidade ocupada na resistência do peso no desenlace mesmo (ou seja, no último sentido assumido em nível decisivo) de uma dada crise. Se no caso de 1996 o protesto dos jovens operou no desenlace que afastou Oviedo de uma possível pasta ministerial, em 1999 “o embaixador brasileiro desempenhou papel-chave na solução da crise, impelindo o presidente Cubas a renunciar uma vez que o Senado prosseguia com o julgamento do *impeachment*” (SANTISO, 2002, p.408). É certo que todo um processo não se resume à sua última cena, mas esta pode (e parece) apresentar uma lógica estabilizadora própria, mesmo se derivada do processo.

Assim, os protestos e manifestantes do *Marzo*, apoiados pela ‘maré cidadã’ de anônimos, de voluntários e das maiores figuras institucionais do país, foram mais que uma defesa das chamadas regras do jogo. Por meio de sua performance pública, nesse palco ora platéia ora alvo, aqueles atores estavam dizendo, para usar os termos de Morínigo<sup>16</sup>, que a ‘eliminação factual de adversários’ não deveria mais ser um meio disponível na dinâmica política paraguaia – sob pena de transformar aquele ciclo numa turba ou, pior, de recolocar o Paraguai numa guerra civil<sup>17</sup>.

Visto da ‘não-consolidação prolongada’, o *Marzo* representou um avanço na democratização do país, pois, não apenas os militares saíram da cena política, mas, sobretudo, porque desde o evento nenhum dos atores políticos ousou mais questionar se a democracia era ou não ‘*the only game in town*’. Mas, para ser uma genuína poliarquia, ainda faltava o revezamento eleitoral, que não chegou no Paraguai mesmo depois da convulsão de 1999. De outro ângulo, observadas dentro do processo político, as crises de abril e março se configuram como pontes de resistência-estabilização que lograram pacificar nada menos que o oviedismo, isto é, a fração mais desestruturante do ator mais estruturante da cena política paraguaia, o Partido Colorado. De forma contundente e aguda no ciclo do *Marzo*, partes amplas e ativas do público cívico paraguaio defenderam sua convicção, ao mesmo tempo em que convenceram partes mais passivas de que o recurso aberto à violência não deveria nem poderia mais pautar a dinâmica da disputa política e, em particular, eleitoral. De modo interessante, a interpretação de D. Abente segue nessa linha de argumentação, mas, ao falar dos efeitos do *Marzo*, aponta para uma direção mais republicanizada:

The March 1999 events also marked the emergence of a strong citizenry. (...) [I]t was the people who, for the first since the transition began, played the critical role. Their massive support for Congress was decisive. The demonstrations were, for the most part, spontaneous. Most of the youngsters defending the *plazas* were not party activists; they were simple citizens, fed up with the climate of violence, who decided to put an end to it. Thus the new government is, to a great extent, the result of a spontaneous plebiscite. The democratic system now rests on the will of the people and is no longer merely a byproduct of a split in the ruling coalition or the consequence of a succession crisis. (ABENTE, 1999, p.100) (Grifos meus)

<sup>16</sup> Utilizo-me aqui da interpretação de J. Morínigo, que diz: “Para la sociedad paraguaya, la eliminación física del adversario político a través de um asesinato planificado y ejecutado profesionalmente rompía con las reglas del juego normalmente vigentes en las relaciones políticas”(1999, p.204) (Grifo meu).

<sup>17</sup> E o *Marzo* trouxe, mesmo se virtualmente, esse risco para o país; veja-se ABENTE (1999, p.96).



Essa ênfase político-emotiva no ‘cansaço do clima de violência’ é bastante precisa, pois, à medida que obstaculiza qualquer chance de construção conflituosa do consenso político na qual o conflito não seja sinônimo de violência pura e simples, tal ‘clima’ é a própria antípoda da convivência democrática. Contudo, afim a expressões de outros autores que falavam em ‘a sociedade paraguaia’ ou ‘indignação cidadã’, o texto de D. Abente também traz termos como ‘vontade do povo’ e ‘plebiscito espontâneo’ que tendem a obscurecer um traço marcante do processo político paraguaio: em meio ao ‘Povo’ estava, como permanece, o velho oviedismo<sup>18</sup>. A despeito da renúncia de Cubas e da saída momentânea de cena de Lino Oviedo, o oviedismo seguiu forte como matriz de significados e discursos atualizadores da imaginação stronista para um sem-fim de paraguaios, e seguiu mais forte ainda como partido institucionalizado, que se desligou do coloradismo, ampliando o espectro da direita paraguaia na União Nacional dos Colorados Éticos (UNACE). Assim, menos que mostrar que a democracia no país dependia da ‘vontade popular’ (no interior da qual é possível ver essa matriz messiânica e outras matrizes autoritárias), as pontes de resistência-estabilização cidadãos de 1996 e 1999 mostram que a construção democrática paraguaia, como condição de sua viabilidade e reprodução, requeria a instauração de públicos e canais através dos quais aquela ‘vontade’ fosse vocalizada e a partir dos quais a vida político-institucional pudesse ser controlada e civilizada.

Neste sentido, vale lembrar que na ‘crise de abril’ alguns atores civis chegaram a esboçar uma tentativa de acompanhamento do malfadado processo contra Oviedo. Impulso semelhante a esse, porém muito mais robusto, se reproduziu no pós-*Marzo*: ‘a CODEHUPY [Coordenadoria de Direitos Humanos do Paraguai] foi fundada por 25 organizações dias depois dos eventos vividos no país em março de 1999’<sup>19</sup>. A ‘Coordenadoria Não à Impunidade’ de 1996 é *mutatis mutantis* a CODEHUPY de 1999. Desde então, esta última articuladora é

---

<sup>18</sup> Certamente, Abente não desconhece a capacidade persuasiva de Oviedo, mas, ao que me parece, subestimou a capacidade de reprodução do oviedismo: “Two important observations should be made about the Oviedo electoral phenomenon. First, although Oviedo's popular support never exceeded 40 percent either within the Colorado Party or in the nation as a whole, he was able to use his formidable communications apparatus and sophisticated psychological warfare techniques to create the impression that he was everywhere and that the support for him was far greater than it actually was. Second, after many years of poor economic performance, increasing poverty, (...) many Paraguayans were disillusioned (...) and eager to trust anybody who promised to bring back stability. Oviedo was not a charismatic leader. He had no clear ideology or doctrine. (...) Oviedo was something more prosaic--a "fantasy salesman" (...). As long as he was in no position to make good on his promises, people believed him, but they quickly became disillusioned after he rose to power under the Cubas presidency”(ABENTE, 1999, p. 99).

<sup>19</sup> [http://www.codehupy.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4&Itemid=6](http://www.codehupy.org/index.php?option=com_content&view=article&id=4&Itemid=6) – acessado em 25 de janeiro de 2011.

responsável pela organização e publicação anual do ‘Informe Nacional de Derechos Humanos’, do qual organizações e militantes feministas são parte importante. Por meio dos informes anuais e de outras ações, a CODEHUPY exige ‘o cumprimento e a implementação pelo Estado paraguaio dos compromissos assumidos em instrumentos jurídicos internacionais e nacionais relativos a derechos humanos’<sup>20</sup>. Assim, do ponto de vista da função político-pública que (com maior, menor ou nenhum grau de sucesso) pretendem desempenhar, essas ‘coordenadorias’ são uma prova de que a saúde democrática no país dependia, como depende, de uma esfera pública desde a qual os atores políticos fossem controlados. Desse ângulo político-público, o efeito democratizante do ciclo do *Marzo* foi duplo: por um lado, quiçá devido ao potencial oceânico de estiolamento contido naquela ‘maré cidadã’, ele conseguiu pacificar a parte autoritária e indisciplinada do coloradismo, extirpando o uso de meios abertamente violentos da pugna política. Por outro lado, o *Marzo* reorganizou fortemente o padrão predominante de interação sócio-estatal no país, tendo não apenas convencido os e as personagens civis do seu papel necessário e ativo no controle do Estado, mas também, como veremos adiante, tendo aberto novas instâncias de diálogo e de recepção de demandas sociais no próprio tecido institucional paraguaio.

Assim, na segunda metade da década de 1990, com vários percalços e limites, a política institucional paraguaia avançou em alguns de seus traços centrais. O tema da despolitização dos militares, depois de entrar na agenda no governo de Wasmosy, dá provas de paulatino avanço, em especial, com a recusa das Forças Armadas frente aos desmandos de Oviedo em 1999. Neste sentido, ainda que não desfaça por completo o pacto militar-colorado, o pós-*Marzo* traz um deslocamento considerável dos militares que, a despeito da continuidade de alguns privilégios, não ocupam mais o centro da cena política (YORE & PALAU, 2000, p.26). Em segundo lugar, a atuação da Corte Suprema de Justiça tende a ser, ou ao menos parecer, mais autônoma frente os outros poderes de Estado. Por sua vez, o oviedismo foi pacificado e, no pós-ciclo de 1999, institucionalizado. E, de um ponto de vista institucional mais amplo, a retomada da estabilidade, talvez mais duradoura, não apenas diminui a frequência e a intensidade dos conflitos partidários que, nos quadros estatal-administrativos, competem com a elaboração e a execução de políticas públicas, como também tende a alterar o padrão de interação entre autoridades e personagens civis.

---

<sup>20</sup> É importante diferenciar a CODEHUPY, surgida em 1999, do próprio ‘Informe Nacional de Derechos Humanos’, que já vinha sendo elaborado, não por acaso, desde 1996. A diferença é que, no pós-*Marzo*, a CODEHUPY surge para, dentre outras coisas, para encarnar em molde organizacional a articulação de várias vozes civis especificamente ao redor de dito Informe.

Como é consenso, todo fim de ciclo gera oportunidades (TARROW, 2009) e o Paraguai não foi exceção: ao *Marzo* paraguaio se seguiu o chamado ‘Governo de Unidade Nacional’ (1999). Sob a liderança do novíssimo Presidente, Gonzalez Macchi, essa coalizão abria portas e espaço para a atuação da oposição partidária nos rumos da política de Estado: “é estabelecido um modelo de governo de responsabilidade compartilhada na administração do Estado *via* um arranjo multipartidário” (YORE & PALAU, 2000, p.25). O objetivo dessa coalizão era colocar em prática “um programa comum de reformas sociais e econômicas, incluindo um plano de privatização cuidadosamente desenhado” (ABENTE, 1999, p.100). Esse ‘*Programa de Gobierno*’ foi, em grande medida, uma tentativa programática de resposta à convulsão do *Marzo*. “Não são ideias novas nem mágicas as que propomos. São medidas que exigem uma grande disciplina na gestão pública” (GOBIERNO DE UNIDAD NACIONAL, 1999, p.190), lê-se à introdução desse programa, cujo primeiro capítulo é sintoma claro de como ele pretendia implementar tais ideias e tal disciplina: ‘Reforma do Estado’. Vejamos agora as tentativas de colocar esse programa em prática, a reação de uma miríade de atores a esse programa, bem como o principal legado deixado pelo *Marzo* de 1999.

### **Pós-1999: o Governo de Unidade Nacional e sua ‘Reforma do Estado’**

Vimos que o *Marzo* paraguaio foi o mais grave ciclo de protestos pelo qual passou o Paraguai pós-ditatorial e cujo desenlace final foi a renúncia do então presidente Raul Cubas, a saída de Lino de Oviedo do país e o deslocamento do estamento militar do centro da cena política paraguaia. Cotejada com outro episódio de crise político-institucional desenrolado em abril de 1996, a crise de 1999 encerra aquilo que, estilizando Tilly (2006), chamamos de ponte de resistência-estabilização cidadã, dado que o ciclo logrou pacificar a fração autoritária do coloradismo e, ainda, tirar o uso aberto da violência como recurso na disputa política *strictu sensu*. Vimos também que uma das razões pelas quais a democracia não estava ‘consolidada’ no Paraguai está na forte disseminação da nostalgia difundida pela matriz messiânica do oviedismo, cujas palavras de ordem evocavam a desnecessidade de instituições e a necessidade de um líder ‘*gaucho*’ para o país.

De modo mais importante, a partir da aproximação de ambos os episódios contenciosos, sugerimos que um requisito fundamental da saúde e da viabilidade democráticas no país era a instauração de plataformas de esfera pública a partir das quais as decisões dos atores políticos e a pugna entre eles fossem controladas e disciplinadas. Contra

os perigos de ruptura e de retrocesso autoritário, frações democráticas dos públicos cívico e institucional sustentaram o *Marzo*, cujo desenlace vitorioso exigiu uma resposta política imediata daqueles que passaram a liderar o Estado paraguaio. Vamos observar agora como a chamada ‘Reforma do Estado’ deu o tom das reações e das disputas pelos rumos do Paraguai no contexto pós-*Marzo*.

‘Governo de Unidade Nacional’ foi o nome dado à coalizão multipartidária quase inédita na política paraguaia, liderado pelo colorado Gonzalez Macchi que, com o assassinato de Argaña e a queda de Cubas, passou da presidência do Senado à liderança do Executivo paraguaio. Embora fosse uma figura menor no próprio coloradismo, Macchi representava algum tipo de novidade, pois ele foi o primeiro Presidente que, desde o fim do stronismo, não tinha uma relação íntima com as Forças Armadas e tampouco estava ligado ao passado autoritário. A Unidade Nacional por ele liderada foi uma readequação do papel desempenhado pelo Partido Colorado que saía desgastado do ciclo de 1999 e que, até então, tendia a conduzir o Estado de modo exclusivo e excludente relativamente aos demais partidos. Junto desse desgaste, outros fatores como a subordinação dos militares ao poder civil e a retirada (ao menos provisória) de caudilhos históricos da cena política, estiveram também na base desse rearranjo político-partidário (YORE & PALAU, 2000). Ainda que sem um pacto formalizado, o Partido Liberal Radical Autêntico e o Partido do Encontro Nacional compuseram inicialmente a coalizão multipartidária e garantiram seu lugar em posições ministeriais e institucionais de peso e, mais amplamente, na implementação de uma agenda de reformas sócio-políticas sintetizada no ‘Programa de Governo 1999-2003’ (PARAGUAY, 1999).

Muito embora tenha sido marcada por vários conflitos interpartidários, em especial aqueles que opunham liberais e oviedistas que, unidos contra colorados argañistas, questionavam a legitimidade da ocupação do posto presidencial por Macchi, a coalizão multipartidária foi em seu começo bem recebida pela opinião pública paraguaia. Já o ‘Programa de Governo’ não teve a mesma sorte e, em reação às críticas de vários grupos organizados, dentre os quais estavam as mulheres mobilizadas, foi convocada a ‘Mesa de Diálogo Social’ “na qual, por algum tempo, governo, sindicatos e empresários discutiram uma agenda social e, particularmente, tudo a que se referia ao Programa de Governo” (YORE & PALAU, 2000, p.34). Boa parte dessas críticas civis foi incorporada a uma segunda versão do documento: “*Las diferencias formales con la primera versión presentada en el mes de julio son muy grandes y pareciera ser que se recogió efectivamente mucho de lo aportado por las agrupaciones políticas, sociales, gremiales, de mujeres, y de los debates departamentales*”,

expunha Line Bareiro (2000, s/p). Essa dinâmica da ‘Mesa’ ilustra adequadamente duas dinâmicas típicas do desfecho de ciclos de protesto: por um lado, o fim do *Marzo* abriu portas para um padrão distinto de interação entre atores políticos e civis, encarnado na Mesa e em seu ‘processo inédito de participação’<sup>21</sup>. Por outro, no entanto, “o que resta depois do entusiasmo do ciclo é um resíduo de reforma” (TARROW, 2009, p.220), e, a despeito das contribuições e críticas dos atores organizados, o sentido assumido pela implementação do ‘Programa de Governo’ se manteve fiel à sua primeira versão e à ‘reforma’ nele contida.

Dividido em quatro capítulos, à introdução do ‘Programa’ lê-se que nele “[n]ão são propostas ideias novas nem fórmulas mágicas. São medidas que exigem uma grande disciplina na gestão pública, uma defesa permanente da democracia, da estabilidade do regime republicano e o estrito respeito às instituições” (p.190). A posição aí ocupada pela ‘disciplina na gestão pública’ está em consonância com o capítulo que abre o Programa: ‘*Reforma del Estado*’ (p.191-201). As cinco ‘áreas estratégicas’ dessa reforma são ‘finanças públicas’, ‘privatizações’, ‘gestão pública’, ‘setor financeiro público e previdência social’ e ‘descentralização’. Poderíamos ver no detalhe os três outros capítulos (quais sejam, ‘políticas sociais e luta contra a pobreza’, ‘reativação econômica setorial’ e ‘competitividade e produtividade’); porém, mais que entrar em cada uma dessas linhas, importa aqui entender que “[esse] o documento, em essência, sugere um conjunto de políticas e anuncia medidas de combate à pobreza, para a reativação da economia e para a reforma do Estado com um enfoque neoliberal” (YORE & PALAU, 2000, p.28). Nessa citação, ‘enfoque neoliberal’ não significa uma desqualificação apressada; significa que a implementação de dito programa assumiu um tom eminentemente privatizante cujas expressões institucionais mais fortes foram a promulgação da Lei nº 1.615 de 2000<sup>22</sup> e a criação da chamada ‘Secretaria Nacional de Reforma do Estado’ (SNRE):

“[a] pesar de su título de amplio alcance, los objetivos de la SNRE se circunscribían exclusivamente a los esfuerzos por promover la participación del sector privado en la provisión de los servicios básicos (...) que se encontraban totalmente en manos del Estado. En contraste a ello, la SNRE prestaba poca atención a la reforma del personal público y al mejoramiento del suministro de servicios sociales básicos” (NICKSON, 2005, p.164).

<sup>21</sup> Cf. “Una comisión recogió esas y otras numerosas críticas y sugerencias de la sociedad paraguaya, en un proceso de participación inédito en nuestro país y se reformuló el Programa” (BAREIRO, 2000) – acessado em [www.uninet.com.py/accion/200/atrabajar.html](http://www.uninet.com.py/accion/200/atrabajar.html).

<sup>22</sup> Veja-se “Ley nº 1.615/2000, ‘Ley General de Reorganización y Transformación de Entidades Públicas Descentralizadas y de Reforma y Modernización de Organismos de la Administración Central’”.

Essa Secretaria encarnava institucionalmente a tônica do Programa de Governo, enquanto aquela lei estabelecia prazos e parâmetros para o ritmo das privatizações e dava ainda poderes ao Executivo para intervir diretamente naquelas empresas consideradas prioritárias. O país acabava de sair de uma crise hegemônica que colocou em risco a vida social paraguaia e o remédio dado como resposta por esse ‘Programa’ foi uma ‘Reforma do Estado’ na qual, *asi como sus vecinos sudamericanos*, o termo ‘Reforma’ era sinônimo de privatização e ‘Estado’ significava Estado reduzido – “[n]ão estamos propondo nem estamos dispostos a levar adiante uma liquidação do Estado”, se justifica G. Macchi frente a seu público de correligionários e interlocutores colorados, “[e]stamos, sim, dispostos e decididos a levar a cabo a mudança e a grande transformação da gestão pública (...). Não podemos esperar que cada Empresa [sic] do Estado colapse, como já ocorreu com algumas delas” (MACCHI, 2000, p.42) (Todos os grifos no original).

Certamente, essa era uma versão dentre outras versões concorrentes, ainda que silenciadas, do que o termo ‘reforma’ deveria significar. No vocabulário de uma histórica organização civil paraguaia, o Centro de Estudos Paraguaios Antonio Guash (CEPAG), falar em reforma era falar em ‘*Reforma del País, Reforma Agraria*’ (EDITORIAL, 2000). Já para outro ator civil, Dionisio Borda, líder do Centro de Análise e Difusão da Economia Paraguaia (CADEP), o país “*necesita una nueva visión y formas de administrar el Estado para facilitar la reactivación económica, el pago de la deuda social y el desarrollo económico social sustentable*” (BORDA, 2000)

Eventualmente, a reforma iniciada com o governo Macchi incluiu a promulgação da Lei ‘*de la función pública*’<sup>23</sup> que seguia um pouco dessa última acepção de ‘reforma’. A despeito dessa iniciativa legal, o núcleo das reformas era a privatização, em especial, dos serviços de telefonia básica, provisão de água e eletricidade. No entanto, entre o fim de 2000 e meados de 2002, denúncias de irregularidade e subvalorização, envolvendo o próprio Presidente, atores privados internacionais e burocratas implicados nas privatizações da Companhia Paraguaia de Comunicações (COPACO), levaram à articulação de uma oposição denominada Congresso Democrático do Povo. Esta articulação “conseguiu aglutinar organizações campesinas, centrais sindicais, partidos de esquerda e movimentos sociais urbanos, todos contrários à venda [da COPACO]” (NICKSON, 2009, p.166).

---

<sup>23</sup> Lei 1.626/2000 ‘*de la Función Pública*’.

Ator central na oposição à privatização das empresas estatais foi o movimento campesino: “[a]proximadamente 5.000 campesinos e campesinas da Federación Nacional Campesina marcharam dia 20 de março [de 2002] pelas ruas de Assunção até o Congresso para rechaçar o projeto de reforma” (RIQUELME, 2002, p.228). Este foi apenas o começo de outro ciclo de protestos desenrolados entre março e junho de 2002. Nos dois meses que seguiram aquela marcha, a mobilização conjunta de centrais sindicais e do campesinato fechou estradas em vários departamentos do país - *“Hubo más de 30 mil personas movilizadas (...) con cierres de ruta, manifestaciones populares, actos cívicos, [y] huelgas”* (CONAMURI, 2009, p.27).

O governo paraguaio respondeu aos protestos alternando entre promessas de estudar as demandas e práticas de cunho repressivo<sup>24</sup>. O uso excessivo da violência policial, porém, acabou vitimando fatalmente Calixto Cabral, dirigente campesino. Junto ao amplo descrédito acarretado pelas denúncias de corrupção, esse homicídio teve como efeito imediato a suspensão dos planos de privatização, através da promulgação da Lei nº 1.932 de 2002, ‘que suspende a aplicação da Lei nº 1.615/2000’<sup>25</sup>. “[O] Governo cedeu a todas as exigências do campesinato (...). Os e as manifestantes qualificaram o fato como uma vitória contundente e histórica contra o governo corrupto, contra os políticos, o FMI e o Banco Mundial” (RIQUELME, 2002, p.229).

Assim, à resposta neoliberal oferecida pelo Governo de Unidade Nacional forjado no contexto pós-*Marzo* correspondeu uma reação articulada de forças e atores sociais populares em oposição, não à reforma do Estado paraguaio, mas ao tom privatizante daquele ‘Programa’. Devido às denúncias acerca da transparência da venda da empresa estatal de telecomunicações, aos protestos antiprivatização e ao desenrolar fatal das reações a tais protestos, a série de privatizações foi desfeita. Se, por um lado, essa foi sem dúvida uma ‘vitória histórica’<sup>26</sup> dos atores populares contra a solução privatizante e corrupta oferecida para curar os males estatais, tal situação explicitava a anomia máxima incrustada no tecido burocrático-administrativo paraguaio: no coro antiprivatização atores socialmente muito distintos se uniam pela não-desnacionalização de empresas e recursos: em defesa de seus cargos em empresas estatais atrofiadas, protestavam funcionários públicos ao lado de

<sup>24</sup> Cf RIQUELME (2002, p.229-ss); e NICKSON (2005, p.166).

<sup>25</sup> Veja-se *“Ley nº 1.932 que suspende la aplicación de la Ley nº 1.615/2000”*.

<sup>26</sup> Cf. *“Se logró una histórica victoria con el retiro de los proyectos (...) de privatización de empresas estatales. Esta acción marcó un hito en nuestra historia colectiva, mostrando la capacidad y fuerza del sector popular cuando logra la convergencia en la unidad de acción”*(CONAMURI, 2009, p.27).

campesinos em defesa de algo vital à sua existência como a água, ou qualquer outro recurso em jogo, caso as privatizações prosseguissem.

Certamente não foram apenas os atores populares que deram fim àquela agenda privatizante: ao mesmo tempo em que a crise econômica deteriorava ainda mais as condições de vida no país, partes da opinião pública e do oviedismo exigiam a renúncia de Macchi da Presidência. Este, por sua vez, sofria ataques da Vicepresidência, desde o segundo semestre de 2000 ocupada pelo Partido Liberal, gerando uma sensação de *déjà vu* muito parecida com aquela tensão entre Cubas e Argaña<sup>27</sup>. Neste contexto, “[t]emendo um julgamento político contra o Presidente (...) num período pré-eleitoral crucial, Nicanor Duarte Frutos, Presidente do Partido Colorado e candidato à presidência em 2003, obrigou Macchi a abandonar a venda da COPACO em troca de sua proteção política nos meses finais do mandato” (NICKSON, 2005, p.166). Para fechar este tópico, vejamos como a reação do movimento amplo de mulheres ao programa do Governo de Unidade Nacional ilustra a inflexão publicizante herdada do *Marzo* de 1999

### **Esfera pública no pós-Marzo: o Foro Permanente de Organizaciones de Mujeres e a multiplicação de plataformas civis de controle do Estado paraguaio**

Dois dias depois do recém empossado Presidente Gonzalez Macchi dar forma a seu gabinete multipartidário, o seguinte questionamento foi levantado por uma organização da fração ‘política’ do movimento paraguaio de mulheres: “Como é possível chamar-se ‘Governo de unidade nacional’ quando dele está excluído mais de 50% da população nas tomadas de decisão?” (CIMPAR, 1999, p.161). Pouco menos de um mês depois do fim do ciclo do *Marzo*, o conjunto de siglas políticas e as articuladoras feministas do país se juntavam em uma grande arena “[na] sede de PROMUR, [onde] se reuniram integrantes da CMP, do Fórum de Mulheres do Mercosul, Cimpar, RMMP e da RMP, para discutir sobre a exclusão das mulheres no chamado Governo de Unidade Nacional. No encontro, decidiu-se constituir o Fórum Permanente de Organizações de Mulheres e apresentar ao governo as demandas e propostas das mulheres” (CDE, p.105). O Fórum Permanente de Organizações de Mulheres, doravante

---

<sup>27</sup> Veja-se YORE & PALAU (2000, p.35-ss).



Fórum, foi a resposta das mulheres mobilizadas àquela coalizão multipartidária forjada no pós-*Marzo*.

Em seu comunicado intitulado *‘Carta abierta de organizaciones de mujeres al Presidente de la República y a los presidentes de los partidos políticos que conforman el Gobierno de Unidad Nacional’* (FORO, 1999a), síntese do primeiro encontro do Fórum, elas dizem: “[com o fim do ciclo do *Marzo*] o Paraguai derrotou um grupo assassino que quis passar por cima das leis (...) e foi possibilitada a formação de um governo que pudesse representar a diversidade de interesses sociais (...). Mas, observamos que o governo chamado de unidade nacional se converteu em um governo de unidade masculina” (FORO, 1999a, p.162). A ironia delas não é à toa, pois a ausência feminina na composição do gabinete recém formado foi a questão que impulsionou o Fórum. “A participação das mulheres nesses eventos [do *Marzo*] também foi relevante, mas não se refletiu na conformação do Gabinete de Governo” (FORO, 1999b, p.167).

Não foi apenas o assim ironizado ‘Governo de Unidade Masculina’ que ficou sob a mira das mulheres: “No Salão Liberdade do CPES, o Fórum Permanente (...) se reuniu (...) com o objetivo de analisar o Programa de Governo desde uma perspectiva de gênero” (CDE, 2000b, p.121). *‘Sugerencias y críticas al Programa de Gobierno 1999-2003’* (FORO, 1999b) foi o nome dado ao documento síntese dos seguintes encontros do Fórum, nos quais, como de praxe nas articulações lideradas pelas feministas, se destacaram a participação de mulheres de vários setores sociais e a preocupação com a questão campesina<sup>28</sup>. As sugestões aí elaboradas atravessam aqueles quatro capítulos do ‘Programa de Governo’. A exemplo do tema do combate à violência contra a mulher, suas demandas incluíam temas caros à agenda feminista, mas suas críticas ao ‘Programa’ “não se limitam exclusivamente aos aspectos concernentes às mulheres especificamente, [pois] foi feito, muito antes, um esforço de revisão e crítica de todas as propostas e da estruturação do documento” (FORO, 1999b, p.167).

Esse esforço do Fórum Permanente interpelou o Programa de Governo de dois modos básicos: elas exigiam a incorporação programática e transversal da ‘perspectiva de gênero’ (veja-se FORO, 1999b, p.169; 172; 178; 179). Mas este modo de se dirigir ao governo de coalizão e à sua ‘Reforma’ não nos interessa centralmente aqui. Ponto mais importante que o conteúdo das demandas de generificação feitas pelo Fórum é a posição na qual e *a partir da qual* essas demandas passaram a ser enunciadas: “convocamos um fórum permanente de

---

<sup>28</sup> Veja-se FORO (1999b, p.166; 171).

reflexão no qual, de modo amplo e independente, se discutirá e se farão propostas. Ademais, decidimos assumir um papel controlador de seu governo e do processo aberto no dia 28 de março” (FORO, 1999a, p.163) (Grifo meu). Por meio da instauração do Fórum Permanente, as mulheres mobilizadas dão provas de que tinham captado uma das principais necessidades políticas desveladas pelos conflitos do *Marzo* paraguaio: a necessidade de plataformas a partir das quais o Estado e seus atores pudessem ser controlados. “Estamos à inteira disposição”, dizem elas, “para colaborar com o governo em tudo que beneficie a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres (...) e o fortalecimento da democracia e da justiça no Paraguai. E, ao mesmo tempo, ratificamos o papel controlador assumido por nós organizações de mulheres” (FORO, 1999b, p.165) (Grifo meu).

Há que ser justo: o ‘Programa de Governo’ reconhecia tal necessidade, colocando-se, dentre outras coisas, o objetivo de “melhorar o controle cidadão sobre a administração pública” (PARAGUAY, 1999, p.199). Para este mesmo sentido aponta a sugestão das mulheres mobilizadas que reivindicavam: “[s]ancionar la Ley de Descentralización; sancionar la nueva Ley Orgánica Municipal; sancionar una ley de Participación Ciudadana” (FORO, 1999b, p.178) (Grifo no original). Quer dizer, as demandas de incorporação da dimensão de gênero tomavam o Estado paraguaio como um alvo, ao passo que o ‘papel controlador’ autoproposto pelo Fórum fazia desse Estado um objeto a ser escrutinado e, de modo ainda mais utópico, as mulheres organizadas pretendiam fazer dele um espaço a ser compartilhado via participação institucionalizada.

Nada disso, contudo, aconteceu. A ‘Reforma’ do governo de Macchi assumiu rumo privatizante, mas foi refreada pelos protestos populares e pelos interesses nicanoristas. O Governo de Unidade Nacional logo desencantou o entusiasmo inicial, silenciando versões alternativas de reforma. Depois do entusiasmo, dizia S. Tarrow, vem a reforma, e ele segue, “[no] auge [do ciclo de protesto], o poder do movimento é elétrico e parece irresistível, mas [depois] é carcomido e integrado através do processo político” (TARROW, 2009, p. 220). Ora, teria sido a resistência cidadã do *Marzo* sido em vão? Teria sido aquela conquista de 1999 apenas carcomida pela normalidade política retomada e liderada por uma elite convenientemente seduzida por medidas e remédios neoliberais? Ao que parece, não.

O pós-Marzo acabou com o uso da violência como meio de disputa na luta político-partidária – e prova disso estava no esforço, fracassado, de oviedistas e de liberais para tirar Macchi da Presidência por meios propriamente institucionais. Além disso, ao contrário das

visões teóricas que tendem a fazer da agenda neoliberal um monstruoso dilúvio inelutável e insolúvel, a ‘vitória’ antiprivatização foi prova de que a opinião dos atores organizados deveria ser levada em conta nas decisões políticas e que, *malgré tout*, foi decisiva. Infelizmente aquela pacificação entre atores políticos não se estendeu ao uso da força estatal nas dinâmicas contenciosas entre o Estado e atores populares paraguaios. Ao mesmo tempo em que resultou em um ‘vitória histórica’ do movimento campesino contra a privatização, o ciclo de protesto de meados de 2002 implicou em um resultado fatal para esses atores. Contudo, o uso desproporcional da violência estatal relativamente ao protesto dos campesinos não ficou sem a devida e correspondente crítica civil:

“a força pública segue cometendo excessos e faz pouco caso das normas nacionais e internacionais que regem o comportamento dos agentes encarregados de fazer cumprir a lei (...). A polícia cometeu excessos contra manifestantes sem qualquer necessidade disso, como no caso de Calixto Cabral” (RIQUELME, 2002, p.220).

Para além desse caso, vários outros desmandos estatais foram acompanhados, tornados públicos e denunciadas pelo Informe Anual de Direitos Humanos (CODEHUPY, 2002) e por outras articuladoras como a *Plenaria Popular contra el Terrorismo de Estado*<sup>29</sup>. Tais denúncias se concentram no emprego ilegítimo da violência como, por exemplo, detenções ilegais e perseguição notadamente contra campesinos, e incluem ‘Estados de exceção’ decretados por G. Macchi, devido a seus receios com o avanço do então partidariado oviedismo.

É nesse tipo de postura que vive a terceira e, a meu ver, uma das mais importantes heranças do *Marzo* de 1999: desde o fim desse ciclo de protestos, a disposição para controlar de modo articulado e contínuo os atores estatais atravessou a sociedade civil paraguaia como um todo. Neste sentido, o Fórum do movimento amplo de mulheres, o texto de Q. Riquelme sobre o direito à associação, reunião e participação de atores rurais, e a ‘Plenária Popular’ evidenciam uma tendência que passou a operar nos atores e atrizes civis cada vez mais dedicados a posições de publicização do Estado paraguaio. “[Las] *iniciativas ciudadanas de control ciudadano*”, por exemplo, “*hacen seguimiento del uso de los bienes públicos, hacen propuestas de reforma y promueven la rendición de cuentas por parte del Estado*. (...) [S]in

<sup>29</sup> Sobre a *Plenaria Popular contra el Terrorismo de Estado*, veja-se WINER (2008).

*duda alguna, estas iniciativas buscan que el Estado mejore su funcionamiento y sus acciones apuntan a ello” (BAREIRO, 2002, p.24)<sup>30</sup>.*

Poderíamos multiplicar o número de casos dessas posições de publicidade que pretendem racionalizar o poder estatal e que não ficaram restritas à questão do uso da violência, à administração da coisa pública ou, para dar outro exemplo liderado por mulheres políticas, à luta pela transparência no financiamento político. Do ponto de vista empírico, porém, seria necessária uma tese dedicada exclusivamente às plataformas e canais que, desde então, proliferaram com vistas a seguir de perto a máquina estatal paraguaia. Utilizando-me da postura autoproposta e empreendida pelas mulheres do Fórum Permanente, e estendendo-a para um conjunto mais amplo de articulações, diria que as vozes civis paraguaias, ligadas a um sem-fim de domínios e objetos de tematização, se convenceram, depois dos conflitos do *Marzo* do seu ‘papel controlador’ e de que, como tal, elas deveriam “[permanecer] muito atentas às decisões e às aplicações dos três poderes de Estado que estão comprometidos com a sociedade paraguaia” (FORO, 1999a, p.163).

Não resta dúvida que organizações dedicadas ao controle do Estado mesmo antes de 1999 já existiam no país. Exemplo desse tipo de organização é *Transparencia Internacional* que, embora atuasse no Paraguai desde 1997, foi “fator decisivo para a aprovação da nova lei de contratações públicas [em 2003]” (NICKSON, 2005, p.172). A posição quase intermédia ocupada pelo ano de 1999 nessa citação, ou seja, o fato de que *Transparencia* passa a atuar de modo protagônico no pós-Marzo não é coincidência, e o próprio A. Nickson situa esta ONG dentro uma ‘mobilização crescente da sociedade civil contra a corrupção’<sup>31</sup>. Essa ‘crescente mobilização’ é um belo sintoma do *Marzo*, quer dizer, ela é a tradução prática da devida e complexa compreensão mostrada pelas lideranças e redes civis do país em relação àquele ciclo. No bojo dessa tendência de ‘crescente mobilização’, assim como as mulheres do Fórum Permanente configuraram uma plataforma em meio a outras que também passaram a ter

<sup>30</sup> As chamadas ‘controladorias cidadãs’, não por acaso, surgiram em 1999; veja-se C. BAREIRO (2005).

<sup>31</sup> Cf. “Aunque todas las políticas de reforma [anticorrupção] (...) han recibido un fuerte apoyo de la IFIS, también han sido el resultado de una creciente movilización de la sociedad civil en contra la corrupción estatal. Por ejemplo, la presión ejercida por el capítulo local de Transparencia Internacional, fundado en 1997, fue un factor decisivo para la aprobación de la nueva ley de contrataciones públicas. En el 2003 una campaña concertada con los medios de comunicación obligó al gobierno a revisar los contratos de compra, transporte fluvial y seguro de petróleo crudo de Argentina, operaciones que hasta entonces se constituían en una gran fuente de corrupción dentro de PETROPAR (...). En julio del 2004, diecinueve organizaciones de la sociedad civil crearon una asociación para presionar por la aprobación de una ley (...) destinada a poner la normalmente secreta administración pública paraguaya bajo el escrutinio ciudadano. En el mismo mes, *Pojoajú*, una alianza de ONGs rurales y ambientales, firmó un acuerdo (...) para un ‘monitoreo social’” (NICKSON, 2005, p.172)

como objetivo precípua o seguimento dos mandos e desmandos político-estatais, a corrupção foi um objeto dentre inúmeros outros que passaram a ser monitorados a partir daquelas plataformas de crítica e publicização.

Para evitar mal entendidos, cumpre notar que não se trata de dar ao ciclo um papel de *Deus ex machina* do qual teriam brotado plataformas de monitoração, como se dele tivesse nascido uma virtuosa esfera pública paraguaia. Do ponto de vista explicativo, outras investigações dedicadas à democratização de políticas no Paraguai corroboram a ideia de uma inflexão publicizante significada pelo *Marzo*. “Desde 1999”, nos diz Albuquerque, “a [Coordenadoria pelos Direitos da Infância e Adolescência] CDIA vem elaborando os Informes Alternativos sobre o cumprimento da Convenção Internacional [da infância]” (2008, p.135). Esse e os demais exemplos mostram que a retomada da normalidade institucional, *a contrario* de Tarrow, não carcomeu a energia da vitoriosa ponte de resistência-estabilização de 1999, que deixou como herança uma infraestrutura crescentemente articulada de vozes e redes civis dispostas a ‘*asumir un rol controlador*’ do Estado paraguaio.

Mas o fim do *Marzo* não significou apenas uma mudança na postura dos personagens civis; significou também uma reorganização no padrão de interação autoridades-atores em vários domínios. Na temática da infância, por exemplo, “[em] 2000, numerosas organizações da sociedade civil articuladas na CDIA, em conjunto com parlamentares, conseguiram a aprovação do *Código de la Niñez y Adolescencia*” (ALBUQUERQUE, 2008, p.45) (Grifo meu); e, em outro domínio temático, “[a] questão ambiental como assunto político e institucional sofreu uma conformação particular no ano de 2000, quando é criado o Sistema Nacional Ambiental (...). Tal Sistema formou-se com o fim de integrar todos os setores sociais relacionados à temática ambiental (estatais e não-estatais)” (CHAVEZ, 2004, p.52).

Um ‘sistema com o fim de integrar setores estatais e não-estatais’ é uma novidade nada desprezível em uma frágil institucionalidade que vinha tropicando desde meados de 1996. No raciocínio dessa pesquisadora, essa novidade é descolada do seu contexto, como se ela pudesse ser compreendida fora da reestruturação que o *Marzo* de 1999 significou para a renovação do contrato sócio-estatal paraguaio. Nada, no entanto, deve nos fazer crer que os efeitos do *Marzo* recaíram apenas sobre os atores civis, pois a reorganização da dinâmica entre autoridades e atores sociais teve efeitos também *del otro lado de la vereda*<sup>32</sup>. Para além dos casos da infância e da questão ambiental, o contexto pós-*Marzo* foi um período marcado

---

<sup>32</sup> Cf. SZWAKO (2012).

pela porosidade, inovação e renovação institucionais no país. Exemplo disso está na criação, em julho de 2000<sup>33</sup>, da *Comisión de Equidad, Género y Desarrollo Social de la Honorable Cámara de Senadores*, que abriu espaço para a influência de vozes e temas advindos das organizações de mulheres e feministas.

Essa novidade no tecido institucional encarna de modo bastante adequado as tendências herdadas do ciclo de 1999 e, se observada ao lado de outras antesalas temáticas paralela e posteriormente abertas nas duas Casas parlamentares, pode ser configurada dentro de uma inédita esfera pública *estatal* do país<sup>34</sup>. Seja como for, o certo é que toda essa inovação institucional e a reorganização no padrão das interações sócio-estatais à base dela atingiram os atores organizados de forma muito desigual. Exemplo disso está nas respostas estatais dadas aos atores rurais, que, ao mesmo tempo em que continuaram sofrendo com o emprego ilegal e ilegítimo da violência, conquistaram um Estatuto Agrário promulgado em 2002<sup>35</sup>. E este novíssimo estatuto encarnou ao máximo as contradições que estruturam a vida sócio-política paraguaia, tendo avançado em relação ao reconhecimento da propriedade rural associativa proibida em outras legislações específicas, e tendo retrocedido com a extinção virtual da figura da expropriação (RIQUELME, 2002). Além disso, no que tange também a luta campesina, a onda de inovação institucional pós-Marzo desembocou, no ano de 2004<sup>36</sup>, na criação do ‘Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra’. O INDERT, como é conhecido por sua sigla, substituiu um órgão governamental herdado do stronismo, o chamado Instituto do Bem-Estar Rural.

Ainda que as mudanças institucionais não tenham sido aqui abordadas de modo exaustivo, é possível notar que o período pós-1999 foi marcado por conquistas e inovações

<sup>33</sup> Cf. “Resolución N. 586 del 4 de julio de 2000, que crea Comisión Asesora Permanente de Equidad, Género y Desarrollo Social, destinada a emitir dictámenes sobre proyectos de Ley, resolución y declaración, vinculados al estudio o inclusión de criterios de equidad e igualdad de oportunidades, referidos a la deuda social, la discriminación y la segregación; especialmente, relacionadas con mujeres, minorías y grupos vulnerables”.

<sup>34</sup> Esfera pública estatal de influência, mas também de controle, é preciso dizer, da qual bom exemplo é a ‘Defesa do Povo’. Embora estivesse prevista constitucionalmente desde 1992, a ‘Defensoria’ teve seu primeiro e efetivo impulso rumo à institucionalização, não por acaso, em 2001: “[la] designación del Defensor del Pueblo (...) pudo hacerse efectiva en octubre del año 2001 (...). La Defensoría (...) comienza sus primeros pasos en momentos en que el país atraviesa por una grave situación en los campos, económico y social. En este contexto de demandas sociales y ciudadanas insatisfechas, la Defensoría del Pueblo inicia sus trabajos actuando como puente de comunicación entre la sociedad y el Estado” ([www.defensoriadelpueblo.gov.py](http://www.defensoriadelpueblo.gov.py) - acessado em 10 de maio de 2011). Para uma crítica do órgão, ver VALIENTE (2004).

<sup>35</sup> Cf. “Ley n.1863 de 2002, que establece el Estatuto Agrario”.

<sup>36</sup> Cf. “Ley n. 2419 de 2004, que crea el Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra”.

institucionais que atravessam domínios de tematização muito distintos, dentre eles a infância, a questão ambiental, a luta campesina e a luta feminista. Essas e outras prováveis inovações são produto do duplo impulso de reorganização do laço Estado-sociedade legado pelo *Marzo*: paralelamente ao estabelecimento de plataformas civis de controle, foram forjadas várias instâncias de debate, influência e controle dentro do tecido institucional paraguaio. Se tomadas isoladamente, a criação de cada uma dessas instâncias oficiais pode eventualmente, e muito provavelmente, se dever à lógica dos interesses político-partidários e/ou a estágios próprios dos respectivos campos de luta e reivindicação. Isso, contudo, em nada contradiz a força motriz dessas inovações e tampouco o sentido publicizante que elas carregam em comum. Seja em substituição a uma velha agência estatal, como no caso do INDERT, seja como instâncias de fôlego de fato inovador, como nos casos do sistema ambiental e da *Comisión de Equidad* do Senado, o que permanece comum a essas instâncias é a função de operar como espaços por meio dos quais a sociedade paraguaia pode interpelar efetiva ou virtualmente o Estado. Como se nota, tal como os atores civis, a sociedade política paraguaia soube igualmente interpretar e incorporar as lições da convulsão coletiva experimentada na alvorada do século XX. Desde então, os atores políticos não apenas passaram a aceitar o regime democrático como *'the only game in town'*, como também ampliaram e renovaram as bases institucionais para estabelecer um relacionamento não-eleitoral e público com os atores organizados e suas demandas. Desse ponto de vista, por ter reorganizado duplamente o padrão global de interação autoridades-atores, o *Marzo* de 1999 desempenhou um inegável papel catalisador na conformação da esfera pública paraguaia contemporânea.

## Conclusões

Este *paper* reconstruiu o processo político paraguaio dando centralidade ao ciclo de protestos do *Marzo* de 1999. Em termos institucionais, o desenlace final desse episódio implicou na renúncia do então presidente Raul Cubas, a saída de Lino de Oviedo do país e o deslocamento do estamento militar do centro da cena política paraguaia. Uma vez aproximado e comparado à crise político-institucional de abril de 1996, chamamos ambos os episódios de pontes cidadãs de resistência-estabilização, que, junto de (f)atores internacionais, estabilizaram o regime democrático no país e pacificaram a fração violenta do coloradismo. À diferença de 1996, porém, o *Marzo* paraguaio extirpou o uso aberto da violência como recurso na disputa entre atores políticos, consolidando – para usar a razão trânsito-consolidológica – a democracia paraguaia. Mais que isso: após 1999, plataformas de controle do Estado, de suas ações e decisões, se multiplicaram pela sociedade civil paraguaia. E, não por acaso, mais um ciclo de

protestos no pós-Marzo marcou a forma pela qual os atores populares fizeram ouvir sua oposição ao tom (privatizante) dado e (corrupto) assumido pelas reformas de Macchi. Inspirado por esses dados, a linha de discussão e questionamento que proponho para o encontro da LASA 2012 se concentra justamente aí: qual o peso dos ciclos de protesto na 'consolidação' das democracias sulamericanas? Como, e em que medida, se relacionam episódios contenciosos e a formação de esferas públicas em nossos países?

## Referências

ABENTE, D. (1996) Paraguay: Transition from Caudillo Rule. In: DOMINGUEZ, J.; LOWENTHAL, A. Constructing Democratic Governance. South America in the 1990s. Baltimore, London: The Johns Hopkins University Press. p.118-132.

ABENTE, D. (1999) 'People Power' In Paraguay. In: *Journal of Democracy*. v.10, n.3, p.93-100.

ALBUQUERQUE, M.C. (2008) A participação da sociedade civil na redefinição de políticas de direitos - Os direitos da infância e o direito à moradia em países do cone sul na virada para o século XXI. Tese de doutorado em Integração da América Latina. USP.

ASOCIACIÓN NACIONAL REPUBLICANA. (2000) *El Partido Colorado y la Reforma del Estado en el Paraguay*. Asunción: Instituto de Altos Estudios Políticos Dr. Ignacio A. Pane.

BAREIRO, Carlos. (2005) Participación ciudadana en el control de la gestión pública en Paraguay. Acessado em <http://www.clad.org/congresos/congresos-antiores/x-santiago-2005/programa-horario-detallado>

BAREIRO, Line. (1997) Paraguay. Buenos y malos no son lo que fueron. In: Nueva Sociedad. 152, p.4-10.

BAREIRO, L. (1999) Crimen y victoria popular ciudadana. In: Revista Paraguaya de Sociología. Asunción: CPES.

BAREIRO, L. et al (1999). El Costo de la Libertad. Asesinato y heridas en el marzo paraguayo. CDE, Jóvenes por la Democracia.

CASTRO, Jorge Lara. (1996) Paraguay. In: *Nueva Sociedad*. 144, p.16-22.

CHAVEZ, F. (2004) *A Questão ambiental na esfera pública e a democracia no Paraguai*. Mestrado em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CODEHUPY (Org.) (2002) *Derechos Humanos Paraguay 2002*. Asunción: CODEHUPY.

GONZALEZ, M. & BAREIRO, L. (1999 [1996]) Abril en crisis. In: *Anuario Mujer 1996 – Aquelarres en movimiento o los encantos de la participación*. Asunción: CDE, p.24-39.

LAMBERT & NICKSON (1997) Prefácio a *The Transition to Democracy in Paraguay*. Hampshire; New York: St. Martin's Press.



- LAMBERT, P. (2000). A Decade of electoral democracy: continuity, change and crisis in Paraguay. In: Bulletin of Latin American Research, v.19, n.3, p.379-396.
- LARA CASTRO, Jorge. (1996) Paraguay. In: Nueva Sociedad. n.144, pp. 16-22.
- LAND RESEARCH ACTION NETWORK et al. (2007) *Derechos humanos en el campo latinoamericano: Brasil, Guatemala, Honduras y Paraguay*. São Paulo: Red Social de Justicia y Derechos Humanos.
- LINZ, J. & STEPAN, A. (1996). Toward Consolidated Democracies. In: *Journal of Democracy* 7. p.14-33.
- LUTZ & SIKKINK, (2001) *The International Dimension of Democratization and Human Rights in Latin America*. In: Garreton & Newman (eds). *Democracy in Latin America: (Re)Constructing Political Society*. New York: United Nations University Press, p. 278-300.
- MACCHI, G. (2000) Filosofía de la Reforma del Estado. In: *El Partido Colorado y la Reforma del Estado en el Paraguay*. Asunción: Instituto de Altos Estudios Políticos Dr. Ignacio A. Pane.
- MARTINI, Carlos. (1999) ¿Comienza la democracia? In: *Nueva Sociedad*. 161, p.13-18.
- MOLINAS, J.; PEREZ LINAN, A.; SAIEGH, S. (2004). Political Institutions, Policymaking Processes, and Policy Outcomes in Paraguay, 1954-2003. In: *Revista de Ciencia Política*. (Santiago), v.24, n.2, p.67-93.
- MORÍNIGO, José. (1999) La Plaza, el Congreso y la Corte: claves de la legitimidad del Presidente Gonzalez Macchi. In: *Revista Paraguaya de Sociología*. CPES: Asunción.
- NICKSON, A. (1997) The Armed forces. In: *The Transition to Democracy in Paraguay*. Hampshire; New York: St. Martin's Press.
- NICKSON, A. (2005) Reformando el Estado en Paraguay. In: ABENTE & MASI (Org.) *Estado, Economía, y Sociedad: una Mirada Internacional a la Democracia Paraguaya*. Asunción: CADEP.
- PARAGUAY, República del. Ley n.1863 de 2002, “que establece el Estatuto Agrario”.
- PARAGUAY, República del. Ley n. 2419 de 2004 , que “crea el Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra”.
- RIQUELME, Q. (2002) Derecho a la asociación, reunión y manifestación. Represión y movilizaciones en periodo de crisis. In: *Derechos Humanos en Paraguay 2002*. Asunción: CODEHUPY.
- RODRIGUEZ, J. C. (1993) Paraguay. Mansa transición democrática. In: *Nueva Sociedad*, n.127, set- out, p. 18-22.
- RODRIGUEZ, José C. (1998) Paraguay. Transición sin alternância. In: *Nueva Sociedad*, n.157 Set-Out, p. 29-33.

RODRIGUEZ, José C. (2004) Paraguay: la transición sin alternancia. In: *Política* (Santiago), n.42, outono.

SANTISO, C. (2002) Promoção e proteção da democracia na política externa brasileira. In: *Contexto Internacional* (Rio), v. 24, n.2, p. 397-431.

SILVA, M. G. (2008). Transição, estabilidade e alternância: Fernando Lugo e a possibilidade de inserção tardia do Paraguai no processo latinoamericano de consolidação da democracia. In: *Observador on-line*, v. 3, p. 2-27.

SOLER, Lorena. (2002) La transición perenne. Partidos políticos y coyuntura electoral en Paraguay (1989-2000). In: *e-l@tina*, v.1. out-dez.

SOTO, C. (2001) Bajo el signo del estancamiento. In: *Nueva Sociedad*. n. 176, p.11-16.

SZWAKO, J. (2012) *Del otro lado de la vereda: luta feminista e construção democrática no Paraguai pós-ditatorial*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Unicamp.

TARROW, S. (2009) *O Poder em movimento*. Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes.

TILLY, C. (2005) Why and How History Matters. In: *Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*. Oxford.

VALIENTE, H. (2004) Defensoría del Pueblo: polémica elección. In: *Informativo Mujer* n.169. CDE: Asunción.

VALENZUELA, A. (1997) Paraguay: The Coup that Didn't Happen. In: *Journal of Democracy*. v.8, n.1, p.43-55.

WINER, S. (2008) Las políticas de Seguridad y Defensa en Paraguay: perspectivas y desafíos frente al nuevo escenario político. In: *Revista Esboços* nº 20, Universidade Federal de Santa Catarina, p.67-99.

YORE, M. & PALAU, M. (2000) Presidencialismo Moderado y Gobierno de Coalición. Emergencia y fracaso de una experiencia inédita. BASE-IS. n.101. Asunción.

### **Documentos**

FORO (1999a) Carta abierta de organizaciones de mujeres al Presidente de la República y a los presidentes de los partidos políticos que conforman el Gobierno de Unidad Nacional. In: *Anuario Mujer* 1999. Asunción: CDE.

FORO (1999b) Sugerencias y críticas al Programa de Gobierno 1999 – 2003. In: *Anuario Mujer* 1999. Asunción: CDE.

PARAGUAY, República del (1999). Programa de Gobierno (Julio, 1999). In: *El Partido Colorado y la Reforma del Estado en el Paraguay*. Asunción: Instituto de Altos Estudios Políticos Dr. Ignacio A. Pane, p.181-237.

PARAGUAY (2002) *Estatuto Agrario*. – acessado em <http://www.mag.gov.py/Ley%201863-02.pdf>